

O Dinheiro em Marx e sua relação com as Teorias Monetárias Neoclássica e Keynesiana

Money in Marx and its relationship with Neoclassical and Keynesian Monetary Theories

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/2764-1392.6579>

Valder Jadson Costa Alves¹

Resumo: Neste artigo tem-se como objetivo discutir o dinheiro em Marx, separando-o das teorias monetárias keynesiana e neoclássica, com o intuito de contribuir para o melhor entendimento e consolidação do pensamento monetário marxista. O trabalho está dividido em mais três seções, além da introdução e da conclusão. Na primeira seção, é apresentada a evolução da categoria dinheiro em Marx, bem como seus possíveis desdobramentos para o entendimento dos problemas dos dias atuais, a saber, a questão da moeda fiduciária e do crédito inconversíveis. A segunda seção trata de fazer a crítica da corrente neoclássica da teoria monetária. A terceira seção realiza o mesmo em relação à teoria monetária keynesiana. A conclusão trata de expressar de modo mais sintético as diferenças entre as teorias citadas, objetivando consolidar a teoria monetária marxista livre das interpretações keynesianas e neoclássicas.

Palavras-chave: Dinheiro; Marxismo; Keynesianismo; Monetarismo.

Abstract: In this paper we aim to discuss money in Marx, separating it from Keynesian and neoclassical monetary theories, with the aim of contributing to a better understanding and consolidation of Marxist monetary thought. The paper is divided into three sections in addition to the introduction and conclusion. The first section presents the evolution of the category of money in Marx, as well as its possible consequences for understanding current problems, namely the issue of fiduciary money and inconvertible credit. The second section criticizes the neoclassical current of monetary theory. The third section does the same in relation to Keynesian monetary theory. The conclusion seeks to express in a more synthetic way the differences between the theories mentioned, aiming to consolidate Marxist monetary theory free from Keynesian and neoclassical interpretations.

Keywords: Money; Marxism; Keynesianism; Monetarism.

Artigo recebido em 24/3/2025. Aceito em 2/5/2025.

¹ Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente nos cursos de Ciências Econômicas e de Finanças da Universidade Federal do Ceará (UFC), campus Sobral. E-mail: jadsonalves35@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2349-8169>

Introdução

O dinheiro em Marx é um assunto que, apesar de intensamente discutido, permanece em disputa na academia. Baseando-se no Capítulo III, do Livro I de “O Capital” (Marx, 2012), seria Marx um seguidor da Teoria Quantitativa da Moeda (TQM)², base da Teoria Monetária Clássica/Neoclássica? Baseando-se também na Seção V, do Livro III (Marx, 2008), as considerações sobre o capital portador de juros aproximariam Marx da Teoria da Preferência pela Liquidez (TPL)³, base da Teoria Monetária Keynesiana?

Marx foi o único autor da Economia Política responsável por descrever a gênese do dinheiro e isso faz toda a diferença para o entendimento desta forma do valor. A categoria ‘dinheiro em Marx’ é um desdobramento da sua Teoria do Valor. Nesse sentido, ao descrever o funcionamento do capitalismo em “O Capital” e em outras obras, Marx dá ênfase para o papel do dinheiro enquanto representante material (fenomênico) do valor com a utilidade de ser padrão dos preços, meio de troca, medida do valor, reserva de valor e meio de pagamento.

É comum se ouvir, pela leitura dos capítulos iniciais do Livro I de “O Capital”, que Marx seria um quantitativista.⁴ Geralmente essa afirmação vem acompanhada da ressalva de que no tempo do autor vivia-se sob hegemonia do padrão ouro e que faltaria, dentro do campo marxista, um avanço teórico sobre o dinheiro nos tempos atuais de domínio da moeda fiduciária e do crédito sem lastro direto.

Nesse sentido, seria um caso semelhante à descrição do “circuito industrial” de Keynes⁵, próximo à TQM, que analisa um nível de complexidade anterior ao atual, em que a realidade supera as elaborações teóricas clássicas sobre o assunto. Para Marx, o dinheiro não nasce de uma convenção e nem tem seu valor determinado pura e simplesmente pela quantidade de meio circulante tal como defende a TQM.

² A Teoria Quantitativa da Moeda (TQM) afirma, em sua fórmula clássica (equação de Fischer), que os preços são uma convenção cuja quantidade de dinheiro (M) necessária à circulação de mercadorias varia em proporção aos preços (P) multiplicados pela renda (Y), divididos pela velocidade (V) de circulação. $M=PY/V$. Em outras palavras, o nível de preços se dá pela oferta monetária exógena. Para uma discussão sobre as várias versões da TQM, ver Corazza e Kremer (2003).

³ Teoria keynesiana que afirma que a demanda por moeda diz respeito à sua liquidez e à sua quantidade disponível, que por sua vez implica na taxa de juros, abrindo espaço para que a política monetária possa mediar a relação entre os lados real e o financeiro da economia (Keynes, 1985).

⁴ Referente à TQM.

⁵ Um diferencial da análise de Keynes para a análise dos clássicos é o estabelecimento de dois circuitos: o industrial e o financeiro. Na analogia aqui posta, compara-se a descrição do circuito industrial de Keynes (1985) com a totalidade do que parte da literatura acredita ser o núcleo duro da chamada Economia Monetária Marxista, como se as considerações de Marx sobre a moeda se restringissem à circulação monetária no padrão-ouro.

Por outro lado, muitos teóricos que se reivindicam do campo marxista, ou do campo chamado de “heterodoxo” da economia, veem certa similitude entre a construção teórica de Marx, sobretudo entre as considerações referentes ao poder social do dinheiro e as asserções sobre o capital fictício, e a afirmação de Keynes de que a moeda não é neutra nem no curto e nem no longo prazo. Marx vai aprofundando paulatinamente o conceito de valor e logo fica claro que ser padrão dos preços, reserva de valor e meio de pagamento, são apenas algumas das características que a categoria dinheiro possui em seu processo de construção social.

O dinheiro é a primeira forma de aparição do capital. Capital é dinheiro que continuamente se transforma em mais dinheiro. Embora as conclusões de Keynes no século XX guardem alguma relação com a descoberta anterior de Marx, do século XIX, não seria o dinheiro, para Marx, capaz de modificar as variáveis econômicas de uma economia por si, tal como considera o autor inglês. Nesse sentido, entende-se neste artigo que, de acordo com a teoria marxista, não podemos falar em uma “teoria monetária da produção”, embora muitos aspectos da política monetária possam intervir no lado real da economia.

Este artigo tem como objetivo discutir o dinheiro em Marx, separando-o das teorias monetárias keynesiana e neoclássica, com o intuito de contribuir para o melhor entendimento e consolidação do pensamento monetário marxista. O trabalho está dividido em mais três seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção é apresentada a evolução da categoria dinheiro em Marx, bem como seus possíveis desdobramentos para o entendimento dos problemas dos dias atuais, a saber, a questão da moeda fiduciária e do crédito inconversíveis. A segunda seção trata de fazer a crítica da corrente neoclássica da teoria monetária. A terceira seção realiza o mesmo em relação à teoria monetária keynesiana. A conclusão trata de expressar de modo mais sintético as diferenças entre as teorias citadas, objetivando consolidar a teoria monetária marxista livre das interpretações keynesianas e neoclássicas.

1. A evolução da forma dinheiro em Marx

O dinheiro em Marx é uma forma do valor. O Materialismo Histórico-Dialético, método de pesquisa elaborado por Marx e Engels, apresenta categorias em um nível de maior abstração, mais simples, e as vai aprofundando ao conectá-las com outras em um todo dialético, chegando a um menor nível de abstração, mais concreto. Com o dinheiro não é diferente. Marx faz a trajetória lógica da gênese do dinheiro em um sentido teórico abstrato que dá suporte às características que esta categoria vai apresentando.

Não cabe aqui fazer uma resenha dos capítulos iniciais do Livro I de “O Capital”,⁶ assunto extensamente debatido e presente em numerosos trabalhos, porém cabe destacar, na construção lógica do dinheiro em Marx, os pontos principais que dão suporte às críticas à TQM e à TPL. Apresentar-se-á, portanto, algumas partes da gênese do dinheiro, sobretudo no tocante ao Capítulo III do Livro I,⁷ bem como uma discussão reflexa da Parte V do Livro III (Marx, 2008) que nos embasarão para a discussão nas seções seguintes.

Na primeira seção do Livro I de “O Capital”,⁸ Marx descreve o surgimento e o desenvolvimento das formas do valor que dão origem ao dinheiro. Inicia definindo a mercadoria, a unidade da riqueza no capitalismo. Apresenta de onde elas vêm, qual a sua qualidade comum que permite compará-las e quantificá-las, o valor, e inicia a explicação de sua circulação. Ao apresentar a circulação simples mostra as primeiras formas do valor até chegar ao dinheiro e apresenta os conceitos centrais de polo relativo e polo equivalente nas trocas. É especificamente no Capítulo III que ele começa a descrever o dinheiro enquanto mercadoria que funciona como equivalente-geral.

O dinheiro aparece como resultado do desdobramento das formas do valor em uma mercadoria equivalente-geral. Passa a ser o equivalente de todas as demais mercadorias. Não podendo ser equivalente de si próprio, todas as demais mercadorias são equivalentes particulares seus. A mercadoria eleita dinheiro muda bastante quando está ainda na forma geral do valor, ou até mesmo já na forma acabada do dinheiro. Diversas mercadorias ascenderam como equivalente-geral e depois foram substituídas por novas mercadorias que cumpriam a função do dinheiro de modo mais adequado.

O dinheiro, então — que para os economistas clássicos aparentava ter surgido por convenção — advém da evolução dialética das formas do valor. Surge do desenvolvimento da contradição interna das mercadorias de serem valor-de-uso e valor, contradição esta explicitada externamente em duas mercadorias distintas, uma que traz ao plano real apenas o seu valor-de-uso, as mercadorias em geral, e outra que traz apenas o valor, o dinheiro.

Não é através do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis. Ao contrário. Sendo as mercadorias, como valores, encarnação de trabalho humano e, por isso, entre si comensuráveis, podem elas, em comum, medir seus valores por intermédio da mesma mercadoria específica, transformando esta em sua medida universal de valor, ou seja, em dinheiro. O dinheiro, como medida do valor, é a forma necessária de manifestar-se a medida imanente do valor das mercadorias, o tempo de trabalho (Marx, 2012, p. 121).

⁶ Marx (2012).

⁷ *Ibid.*

⁸ *Ibid.*

Além de medida de valor, a mercadoria-dinheiro necessita de outras propriedades para que funcione plenamente como dinheiro. Para que atue como intermediário das trocas, o dinheiro precisa também ser unidade de conta, reserva de valor e meio de pagamento. Do infinito conjunto de mercadorias existentes, Marx apontou para a orientação comum das diversas sociedades que conheceram a existência do dinheiro de ter como equivalente-geral os metais preciosos, sendo o ouro seu corpo material mais bem idealizado.

Para isso, ele apontou as qualidades específicas deste material: contém grande quantidade de valor em pequeno volume, pode ser facilmente dividido e fundido, possui baixo custo de armazenagem e conta com meios simples de se verificar a veracidade de seu material. Esta observação da experiência histórica também está presente nos trabalhos de diversos outros autores da Economia Política Clássica, como nas obras de Adam Smith (1981) e David Ricardo (1996). Ao explicar as trocas, Marx apresenta o que chama de metamorfose das mercadorias:

O processo de troca da mercadoria se realiza através de duas metamorfoses opostas e reciprocamente complementares — a mercadoria converte-se em dinheiro e o dinheiro reconverte-se em mercadoria. As fases dessa transformação constituem atos do dono da mercadoria: venda, troca da mercadoria por dinheiro; compra, troca do dinheiro por mercadoria, e unidade de ambas as transações, vender para comprar (Marx, 2012, p.132).

A mercadoria, após ser introduzida na circulação e ser trocada pelo dinheiro, sai dessa circulação agora como um valor-de-uso para seu novo proprietário, finalizando assim seu ciclo individual. Já o dinheiro, nas mãos do antigo proprietário da mercadoria, será novamente trocado por outra mercadoria, por um valor-de-uso para seu possuidor. Desse modo, enquanto a mercadoria entra na circulação passando da posse de um proprietário a outro, saindo então do mercado, o dinheiro segue essa trajetória sem mais sair dela até que seu desgaste natural prejudique sua função social.

Toda mercadoria, ao entrar em circulação, mudando, pela primeira vez, de forma, entra para dela sair e ser substituída por outra. O dinheiro, ao contrário, sendo meio de circulação, permanece na esfera da circulação, onde desempenha, continuamente, seu papel. Surge, assim, o problema de saber quanto dinheiro absorve, constantemente, essa esfera (Marx, 2012, p. 143).

Não tardará para que seja necessário estar atento ao curso do dinheiro. Embora Marx defina, ao contrário da TQM, que não é a massa de dinheiro disponível que determina o nível de preços, mas a relação de valor entre as mercadorias, sobretudo delas com o ouro; quando se tem os signos do dinheiro, ou seja, o ouro passa a ser representado virtualmente nas trocas pelo

papel moeda lastreado em ouro, é necessário observar a quantidade de transações realizadas, os preços realizáveis e a velocidade de circulação do dinheiro, ou seja, quanto de dinheiro absorve a circulação de mercadorias. Em outras palavras, quanto de papel-moeda representa a quantidade de ouro necessária à circulação das mercadorias.

Sabemos, todavia, que, não se alterando os valores das mercadorias, seus preços variam com o valor do ouro (o material do dinheiro), subindo na proporção em que ele desce e descendo na proporção em que ele sobe. Suba ou desça, por esse modo, a soma dos preços das mercadorias, a massa do dinheiro circulante tem de subir ou descer, na mesma proporção. Neste caso, a variação na massa dos meios de circulação provém, sem dúvida, do próprio dinheiro, mas não da sua função de meio de circulação, e sim da sua função de medida do valor (Marx, 2012, p.144).

Com a aparição do dinheiro facilitando a circulação das mercadorias, também há a superação das limitações de tempo e de espaço aumentando-se cada vez mais o intervalo entre venda e compra, atos que compõem separadamente uma mesma ação. Dessa observação, temos o aparecimento de outra função do dinheiro, a de meio de pagamento. Isso não é um ponto de observação secundário ou subsequente lógico, mas é exatamente o que vai permitir o ciclo de acumulação do capital.

Não sendo obrigado a comprar imediatamente após ter vendido, abre-se espaço para que o dinheiro possa sair da circulação, na forma de entesouramento, vindo a participar desta novamente quando o possuidor deste considerar conveniente ou na medida em que se aproxima uma crise. Nas palavras de Marx (2012, p. 140), “se essa independência exterior dos dois atos [venda; compra] — interiormente dependentes por serem complementares — prossegue se afirmando além de certo ponto, contra ela prevalece, brutalmente, a unidade por meio de uma crise”. Portanto, as limitações de tempo e de espaço ficam flexibilizadas a partir da intermediação do dinheiro no processo de circulação das mercadorias.

Um possuidor de mercadoria pode, assim, estar pronto para vender, antes que o outro esteja pronto para comprar. Com a constante repetição das mesmas transações entre as mesmas pessoas, as condições de vendas de mercadorias regulam-se pelas condições de produção. (...) Um vende mercadoria existente, outro compra como mero representante de dinheiro, ou de dinheiro futuro. O vendedor torna-se credor; o comprador, devedor. A metamorfose da mercadoria, ou o desenvolvimento da forma do valor, assume então novo aspecto, e, em consequência, o dinheiro adquire nova função. Ele se torna meio de pagamento. (...) O dinheiro passa a exercer duas funções. Primeiro, serve de medida do valor, ao determinar-se o preço da mercadoria. O preço contratualmente fixado mede a obrigação do comprador, ou a soma de dinheiro a pagar em data estabelecida. Segundo, o dinheiro serve de meio ideal de compra. Embora só exista na promessa do comprador, motiva a transferência da mercadoria. O dinheiro só entra realmente em circulação na data do pagamento, quando passa das mãos do comprador para as do vendedor (Marx, 2012, p.162-163).

Seria de observações como esta que parte dos autores de inspiração keynesiana veem proximidade da teoria de Marx com a de Keynes no sentido da não neutralidade da moeda, ou seja, a mera promessa, ou aparição virtual do dinheiro permite a movimentação de fatores reais da economia, o que implica uma demanda por moeda por parte do público. Pode-se derivar também da complementaridade dos atos de venda-compra a afirmação keynesiana sobre insuficiência de demanda ocasional. Entender que, para Marx, o dinheiro não é um mero intermediário das trocas é de fato um ponto em comum, mas derivar a partir disso que o Princípio da Demanda Efetiva possa manter a circulação de mercadorias de modo indefinido é outro ponto, até porque as teorias divergem em diversos outros aspectos, como será visto na terceira seção deste trabalho.

O dinheiro como meio de pagamento provoca o surgimento de instituições que realizam operações comerciais, sem que seja necessária a circulação física do dinheiro na mesma quantidade de antes. Essas instituições, com embriões desde a Idade Média, descontam em determinados períodos as operações de débito e de crédito. A necessidade de se possuir o dinheiro para ter que pagar algo o faz objetivo final da venda, em contradição com o que inicialmente movimentou as trocas. A circulação, embora tenha como objetivo final a troca de mercadorias, passa a existir com o intuito de acumular valor em sua forma geral (dinheiro).

O dinheiro já não exerce mais a função de intermediário do processo. Leva-o a uma conclusão, configurando em si mesmo a existência absoluta do valor-de-troca ou a mercadoria universal. O vendedor transforma mercadoria em dinheiro, para satisfazer com ele necessidades: o entesourador, para preservar a mercadoria sob a forma de dinheiro; o devedor para poder pagar. Se não pagar ocorrerá a venda judicial de seus bens. A forma do valor da mercadoria, o dinheiro, torna-se, portanto, o próprio fim da venda, em virtude de uma necessidade social oriunda das próprias condições do processo de circulação (Marx, 2012, p.163).

Ao analisarmos a citação acima, percebemos que há uma diferenciação clara entre a mercadoria e o dinheiro, apesar da origem comum. O dinheiro, que teve sua primeira forma de aparição no corpo material das mercadorias, vai ganhando cada vez mais autonomia enquanto forma do valor. A dupla operacionalidade do dinheiro, da sua forma ideal e real a partir do desenvolvimento da função de meio de pagamento, se torna patente nas crises. Como medida do valor e meio de pagamento, o dinheiro baliza idealmente as trocas, trocam-se mercadorias por quantidades ideais de dinheiro que poderão existir no momento da troca ou que virão a existir, sendo de início apenas um crédito ou direito. É nesse aspecto das trocas, baseado nas condições de produção, que as casas de compensação surgem, mas qualquer desequilíbrio nessas operações faz com que se faça necessária a presença do dinheiro na sua forma material.

Uma vez vigorando o padrão-ouro, fica perfeitamente pacificado o entendimento sobre o comportamento da massa de dinheiro e dos preços. Mas uma vez findo o padrão ouro, tal como vigora no mundo atualmente desde 1971, passaria então o dinheiro a medir o valor das mercadorias por uma simples convenção numérica? Se se trata de um convencionalismo, estaria a Teoria Monetária Marxista aproximando-se da TQM após o fim do padrão ouro? Alguns importantes autores buscaram estender a teoria marxista do valor no sentido de responder a tais perguntas, tais como Moseley (2005; 2010), Rota e Paulani (2009) e Prado (2013).

De acordo com Moseley (2010), ao tratar da moeda fiduciária inconvertível, a teoria de Marx aproxima-se da TQM no sentido de que a quantidade de moeda passa a ser independente dos preços e os determina em parte, de forma indireta, através da Expressão Monetária do Tempo de Trabalho (EMTT)⁹ à produção de mercadorias. No entanto, continuaria distinta e bastante superior à TQM na medida em que a teoria de Marx também explica: a necessidade de dinheiro em uma economia mercantil; explica não apenas o nível geral de preços (pela EMTT), mas também os preços individuais, conforme determinado pela EMTT e pelas quantidades de tempo de trabalho socialmente necessário; e também fornece a base para uma teoria da mais-valia e para uma teoria da dinâmica da acumulação de capital, ao contrário da teoria quantitativa da moeda que explica apenas o nível de preços e nada mais.

Na visão adotada aqui neste trabalho, os pontos elencados não são os mais corretos de serem observados. A relação monetária do ouro com as demais mercadorias já estava prevista em “O Capital”, bem como a do papel de curso forçado com o ouro. Esse convencionalismo, quanto ao numérico outorgado em lei e o valor do ouro, ou das demais mercadorias, não torna a massa monetária independente do valor e muito menos o determina, mesmo que parcialmente. No máximo, podemos dizer que a massa monetária flutua, necessitando continuamente de alterações na lei, ou de manipulações monetárias, que adequem o dinheiro de curso forçado às necessidades da circulação, o que também já está previsto em Marx.

⁹ Moseley formaliza a teoria do valor de Marx na determinação dos preços das mercadorias como $P_i = [1 / T_o] T_i$, onde P_i é o preço de cada mercadoria, T_i é o tempo de trabalho socialmente necessário que se exige para produzir cada mercadoria e T_o é o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma unidade de ouro, material de expressão do dinheiro. A EMTT, anunciada anteriormente por Duncan Foley (1982;2005) e outros autores, é a quantidade de valor monetário produzida por hora de tempo de trabalho socialmente necessário em todas as indústrias, determinada pelo inverso do valor do ouro, formalmente $EMTT = [1 / T_o]$. Na primeira equação, da determinação do preço de cada mercadoria, fica $P_i = (EMTT) T_i$.

O peso das peças de prata e cobre é determinado arbitrariamente pela lei. No curso desgastam-se mais rapidamente que a moeda de ouro. A função monetária delas torna-se de fato totalmente independente do seu peso e, em consequência, de todo o valor. A função de numerário do ouro se dissocia inteiramente de seu valor metálico. Coisas relativamente sem valor, pedaços de papel, podem substituí-lo no exercício da função de moeda. O caráter puramente simbólico está de algum modo dissimulado nas peças de dinheiro metálicas. Revela-se plenamente no dinheiro papel. Com efeito, a dificuldade está no primeiro passo (Marx, 2012, p.153).

Desse modo, na interpretação aqui adotada, o que muda com o fim do padrão ouro não é que o dinheiro perde seu valor e deixa de ser um participante das trocas na qualidade de mercadoria, para tornar-se mero intermediário; mas que a mesma contradição da mercadoria, que se revela valor na materialidade de uma terceira, intensifica-se na mercadoria dinheiro bifurcando-se também em seu material e em seu símbolo.

Uma vez a realidade apresentando o dinheiro “símbolo do valor” sem materialidade, ou seja, dissociado do valor do ouro, o dinheiro passa a impressão de que se autonomizou em relação às mercadorias, seja ela ouro ou outra qualquer, do mesmo modo que o ouro, durante muito tempo, aparentou ser dinheiro por si mesmo, de forma autônoma, e não na qualidade de ser este também uma mercadoria.

Desse modo pode parecer que preços e massa monetária são simples convenções, mas basta que a política monetária de um Estado se desvirtue da lei do valor para que tenha início processos de inflação e crises restaurando o símbolo aos preços relativos mediante o valor das mercadorias. Mesmo a massa monetária que, em processos de crise pode se comportar de modo acomodaticio em virtude de interesses conflitantes, caminha para uma relação ideal com o ouro diretamente, ou com a circulação de mercadorias indiretamente, quando das tentativas de resolução da crise.

O que vigora no mundo após o fim do padrão-ouro é que o padrão monetário internacional acompanha a capacidade política de um Estado em fazer da sua convenção a relação legítima do símbolo do valor com o valor, ou seja, de sua moeda nacional com o mundo das mercadorias e suas necessidades inerentes de circulação.

Historicamente, a cisão aparente entre os símbolos do valor, as moedas nacionais, e o valor presente nas mercadorias, abriu espaço para manipulações monetárias que podem favorecer determinados grupos em virtude do valor relativo das moedas. Em outras palavras, ao se ditar exogenamente a quantidade de moeda, pode-se modificar a distribuição do valor na sociedade (e também internacionalmente modificando-se o valor relativo representado pelas diversas moedas nacionais), exatamente como parte da literatura denomina o chamado conflito distributivo, ainda que esta não se apoie na Teoria do Valor de Marx.

Diante dessa questão e da impossibilidade de um Estado se sobrepor aos demais, havia a necessidade do padrão ouro nos fluxos monetários internacionais, tal como no início das trocas apenas o ouro material era o único capaz de mediar as trocas mesmo em âmbito interno. Havendo a possibilidade política e econômica de um Estado se sobrepor aos demais, ou seja, ser capaz de garantir que sua moeda siga as regras e as proporções da circulação mundial de mercadorias, perde-se a necessidade do padrão ouro, pelo menos enquanto dure a hegemonia econômica do país cujo banco central emite a moeda mundial, apesar de fiduciária.

Em outras palavras, o que aqui se defende é que uma moeda considerada divisa internacional, o dólar estadunidense hoje, por exemplo, figure enquanto tal mediante a capacidade econômica e política dos Estados Unidos de garantir a circulação de mercadorias a partir de sua moeda. Isso se dá mediante o controle econômico direto (produção, dependência tecnológica e de partes componentes) e indireto (controle financeiro) dos principais fluxos de produção, mesmo aqueles localizados fora da atividade fabril diretamente estadunidense.

Desse modo, tal qual o mercado funcionou e funciona, há muito tempo, internamente, sem uma paridade legal outorgada com o ouro em diversos países, o desenvolvimento do capitalismo mundial e sua institucionalidade correspondente foi capaz de fazer com que, na segunda metade do século XX, a principal potência econômica mundial pudesse impor externamente o curso forçado de sua moeda mediante sua posição dominante no controle da produção mundial de mercadorias.

Isso não derruba a teoria do valor de Marx e nem lhe altera. Os preços das mercadorias continuam sendo dados pela medida do tempo trabalho médio incorporado entre elas mesmas e o mero símbolo do valor (papel-moeda sem lastro) se não tiver paridade com as mercadorias, seja com o ouro ou com algumas outras (poderíamos apontar as mercadorias atuais chamadas de *commodities* como exemplo), deflaciona ou inflaciona na medida em que a massa monetária mude sua relação de equivalência com o mundo real das mercadorias.

Isso não é o mesmo que adotar o convencionalismo da TQM, nem mesmo o apontado por Moseley (2010), pois esta convenção, já prevista em Marx conforme visto, não define os preços e nem a massa monetária, apenas pode subir ou descer na proporção mesma da circulação das mercadorias respeitando os preços relativos colocados pela lei do valor. Uma vez que perca sua paridade com o ouro, ou melhor dizendo, com o mundo das mercadorias, o papel-moeda passa a não mais medir valor nenhum, nem ser reserva de nada e muito menos ser meio de pagamento, vide as crises inflacionárias. Se não há lastro, mesmo que obtido indiretamente através da política monetária de um Estado, não há valor.

2. A Teoria Quantitativa da Moeda e o pensamento monetário neoclássico

Diferentemente de Marx, os autores clássicos¹⁰, neoclássicos¹¹ e monetaristas¹² não se preocupam com a gênese do dinheiro. Desde os autores do século XVIII e início do século XIX, ou seja, os economistas clássicos, o dinheiro é definido como uma simples convenção destinada a facilitar as trocas, mesmo quando em vigor o padrão ouro. Esta forma de encarar o problema não é de todo errônea e nem foi omitida por Marx, que fala da relação entre a moeda fiduciária com o ouro no item “c) A moeda. Os símbolos do valor.” do capítulo terceiro do Livro I (Marx, 2012, p.151).

A ausência da gênese do dinheiro afeta em muito a interpretação sobre a sua definição e sobre seu movimento, mas estabelecer quais critérios de paridade a moeda fiduciária tem com o ouro, ou de correspondência com a necessidade de circulação das mercadorias, poderia inclusive ser encarado como algo mais pragmático, no sentido de que até mesmo a experiência dá à humanidade o conhecimento necessário sobre quanto da quantidade de moeda fiduciária pode ser absorvida pela circulação de mercadorias.

Na visão aqui adotada e explanada acima, ao considerar o dinheiro um simples intermediário das trocas, os economistas seguidores da TQM limitam-se a prescrever políticas monetárias que façam com que a paridade da moeda siga o valor, ainda que ignorem por completo a gênese do dinheiro e o fato próprio da moeda ser um símbolo do valor de troca de uma mercadoria.

A questão central em discussão então é: sendo o dinheiro símbolo do valor, aparentemente autônomo em relação ao mundo das mercadorias, logo torna-se necessário saber quanto deste dinheiro é absorvido pela circulação de mercadorias respeitando os valores. Em outras palavras, poderíamos dizer: independente da evolução histórica do dinheiro, quanto de papel moeda o Estado deve produzir para corresponder à real necessidade de circulação das mercadorias?

A Teoria Quantitativa da Moeda, originalmente uma concepção da economia política clássica, mas que continua viva teoricamente na concepção dos autores neoclássicos e monetaristas, afirma que o estoque de moeda é o principal determinante do nível de preços. Para estes autores, o produto da economia só pode ser alterado por fatores reais de produção e

¹⁰ Aqui considerados Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill.

¹¹ Aqui considerados Alfred Marshall, Irving Fisher e Arthur Cecil Pigou.

¹² Diversos autores, porém, aqui serão consideradas as ideias de Milton Friedman.

a velocidade de circulação da moeda varia de modo lento e previsível no longo prazo, podendo ser considerada constante no curto prazo. A partir deste postulado da TQM adotou-se ora implícita, ora explicitamente, ao longo dos anos, equações que formalizaram a relação e definiram a oferta de moeda.

A primeira equação, que segundo Friedman (1990, p. 04) foi popularizada por Irving Fisher no começo do século XX, a partir dos trabalhos de Simon Newcomb, é a seguinte:

$$MV = PT \quad (1)$$

Em que M é o estoque monetário, V é a velocidade de circulação, P é o nível médio dos preços e T é o volume de transações realizadas. Desse modo, toda a alteração no nível de preços se dá por aumentos em M.

Na terminologia monetária, a moeda para a TQM é neutra, ou seja, não tem o poder em si de influenciar os fatores reais de produção. Esse prognóstico, sobretudo clássico, pressupõe a Lei de Say, que afirma a existência de um equilíbrio geral dos mercados em que toda oferta gera sua procura. Em outras palavras, toda produção gera uma renda e este ciclo não possui vazamentos, ou seja, tudo o que é produzido é consumido. Mesmo em uma situação de entesouramento por parte de alguns agentes, a intermediação bancária ou mesmo a simples existência dos empréstimos, faria com que a oferta fosse igual a demanda.

Apesar da ressalva ao papel da moeda como meio de pagamento, os economistas neoclássicos formularam uma nova TQM que passou a definir uma demanda por moeda ainda que implicitamente, uma vez que o entesouramento pode causar dicotomias na Lei de Say. A equação de Cambridge ou versão dos saldos monetários, nomenclatura da nova TQM afirma que:

$$M = kPY \quad (2)$$

Em que k é o encaixe desejado de moeda proporcional à renda nominal dada pelo produto do nível de preços P com a renda real Y. O parâmetro k também é conhecido por constante *marshalliana* e seu valor é o inverso de V. Desse modo, o estoque de moeda é uma proporção do volume de transações ou nível da renda real. Dado a demanda implícita por moeda, os autores neoclássicos acreditam na não neutralidade da moeda no curto prazo, embora

tenham a mesma opinião dos clássicos quanto ao longo prazo, nesse sentido, mudanças na oferta monetária podem afetar o produto no curto prazo. Nesse caso a moeda teria, mesmo para estes autores, o poder de conservar valor do tempo presente para o tempo futuro, embora ainda não se trate da demanda por moeda preconizada por Keynes.

A diferença da equação de Cambridge para a formulada por Milton Friedman, o principal autor monetarista, está em sua formulação em termos de variação na utilização de funções logarítmicas. Friedman estabelece que a quantidade real de moeda (M/P) é mais importante que a quantidade nominal (M). Aos agentes econômicos o mais importante é reter uma quantidade real de moeda bem definida, chamando atenção para o fenômeno da ilusão monetária no curto prazo, ou seja, a moeda pode influenciar os fatores reais temporariamente, mas no longo prazo é neutra.

Friedman é o autor seguidor da TQM que buscou dar uma resposta à crítica keynesiana, que será vista na seção seguinte, buscando definir de forma explícita uma demanda por moeda. Na principal discordância com a outra corrente mencionada, terá maior importância a função consumo das famílias, em que Friedman sustenta a hipótese da renda permanente em lugar da visão anterior, base da teoria keynesiana. Para o autor monetarista, os aumentos ocasionais da renda não afetam o consumo imediato, ou ao menos não na mesma medida preconizada por Keynes, uma vez que os agentes se habituem a um nível médio de renda que determina o seu consumo médio.

Estabilizar a economia a partir da política fiscal teria, para Friedman, um efeito menor do que estabilizá-la pela política monetária. Ainda assim suas conclusões não divergem dos demais autores neoclássicos¹³, sendo considerado na literatura apenas um caso de maior sofisticação na formalização matemática das relações monetárias. Retiradas pequenas reticências, o que vigora para as três escolas seguidoras da TQM é o fato de que a expansão da oferta monetária deve ser igual a taxa de crescimento do produto real para evitar aumento no nível de preços. Em outras palavras, poderíamos dizer que para os autores clássicos/neoclássicos não importa a “história do dinheiro”, contanto que esteja garantida a representação fiel do valor.

¹³ Maiores informações sobre as formalizações algébricas da TQM de Milton Friedman podem ser encontradas em Corazza e Kremer (2003).

3. A Teoria da Preferência pela Liquidez e o pensamento monetário keynesiano

Os autores que seguem a Teoria da Preferência pela Liquidez são, de acordo com Mollo (2004), aqueles que discordam tanto da TQM quanto da Lei de Say. O foco está na possibilidade do entesouramento, que faz com que a moeda não seja neutra nem no curto e nem no longo prazo, além de causar instabilidade na velocidade de circulação da mesma.

Nesse caso, se para os monetaristas, por exemplo, as crises são oriundas de uma política monetária equivocada,¹⁴ para Keynes (1985) e os seguidores da TPL, são oriundas da incerteza, fenômeno próprio do capitalismo que faz com que caia o investimento, o que, por sua vez, diminui a demanda agregada. A saída para a solução das crises estaria, portanto, na política fiscal, ou seja, caberia ao Estado uma política ativa de indução do investimento como medida contracíclica em momentos de crise para reativar o funcionamento da economia.

Em Keynes (1985), também a moeda é oriunda de uma convenção, no entanto, diferente de uma simples intermediária das trocas, ela também é um ativo, ou seja, possui valor. Esse valor não é advindo dela ser um símbolo do valor de uma mercadoria tal como em Marx, mas do simples fato de ser a moeda fiduciária de um Estado, única capaz de saldar tributos e contratos em geral. Nas oscilações típicas do capitalismo, oriundas da incerteza, os agentes passariam a reter moeda devido à sua maior liquidez frente a outros ativos, em outras palavras, pela sua capacidade de ser transacionada mais rapidamente em bens e serviços do que os demais ativos.

John Maynard Keynes foi o autor da Grande Depressão, sua Teoria Geral do Emprego, do Lucro e da Moeda foi lançada em 1936, na esteira da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque de 1929 e da profunda depressão que seguiu após esta, que durou até os preparativos da Segunda Guerra Mundial.

Se para os autores clássicos e neoclássicos a economia está sempre em equilíbrio até que uma variável exógena perturbe o ciclo econômico, para Keynes, conforme já mencionado, trata-se da incerteza do ciclo econômico que gera a crise, ou seja, não há equilíbrio geral, embora possa haver equilíbrio parcial dos mercados no sentido *marshalliano*. Para Marx, conforme também já visto na primeira seção, a crise é inerente ao processo de acumulação de capital no sentido de que a forma dinheiro do valor é aquela que separa os atos de venda e compra para permitir a acumulação de capital. É da separação no tempo destes dois atos que se gera uma crise econômica.

¹⁴ Tal como evocado por Friedman (1963) em sua clássica concepção da crise de 1929 da Bolsa de Nova Iorque.

Nesse sentido, Keynes não discorda que uma política monetária expansionista possa gerar um aumento no nível de preços, mas aponta que a política monetária não é única e nem a determinante neste fato, pois a incerteza sobre o futuro da economia pode gerar alterações tanto na demanda por moeda, como na velocidade de circulação dela, que passa, muitas vezes, por fora do controle das autoridades monetárias. Como um autor da crise, não é o nível de preços a preocupação central de Keynes, tal como a própria ordem de palavras no título de sua obra magna deixa transparecer, mas o nível do emprego.

Dessa forma, Keynes enxerga a teoria monetária como uma teoria da produção. A moeda, sendo um ativo em si e capaz, portanto, de guardar valor, interfere nas decisões dos agentes quanto aos fatores reais da economia, seja no curto, seja no longo prazo. Se para os autores neoclássicos vigora a Lei de Say, para Keynes vigora o seu oposto, ou seja, o predomínio da demanda sobre a oferta.

No ponto ótimo em que as curvas de oferta e demanda agregada se encontram, determinando a maximização dos lucros e o nível de emprego da economia, alterações na demanda podem causar modificações na oferta, esta, por sua vez, bem menos elástica. Diante de uma expectativa de demanda em expansão, os agentes decidem por ampliar o investimento de modo a aumentar a capacidade produtiva, do mesmo modo que diante da expectativa de encolhimento desta, cessa não só todo o investimento, como também a utilização da totalidade da capacidade produtiva instalada.

O papel da política monetária mediando esse fenômeno ocorre por meio da taxa de juros da economia. Em Keynes há dois circuitos do capital: o industrial e o financeiro. No industrial, a moeda funciona apenas como intermediária das trocas, enquanto que no financeiro ela deixa de ser um intermédio para ser um ativo, algo que guarda valor no tempo.

Tal como visto na primeira seção, sobre o pensamento de Marx, para Keynes a moeda também se transforma em motivo de acumulação por si mesma, como encarnação da riqueza em virtude de sua liquidez. Isso faz com que parte dos agentes retenha moeda por diversos motivos, mas sobretudo para o investimento futuro, conforme afirma Mollo (1987, p. 211), “a demanda de moeda para investimento é que se coloca como fator que faz a ponte do real para o monetário como maior força”.

A política monetária pode então favorecer o circuito industrial ou o financeiro na medida em que determina a taxa de juros, de acordo com Carvalho (2005, p. 327) “[...] a taxa de juros mede exatamente o apego que os detentores de riqueza têm, a cada momento, pela segurança que a posse de um ativo com a liquidez que a moeda tem oferece. [...] Mede, assim, o custo de oportunidade da moeda, o valor de sua liquidez relativa”.

Uma política monetária expansiva, dada a preferência pela liquidez, baixa o custo da moeda frente a outros ativos, fazendo com que ela possa ser demandada para o investimento que visa ampliar a capacidade produtiva levando a economia a um novo equilíbrio utilizando melhor os fatores produtivos ociosos. Somente diante do pleno emprego dos fatores de produção é que a expansão monetária teria um comportamento apenas inflacionário.

Diante do exposto percebemos que Keynes entende, do mesmo modo que Marx, que a moeda é muito mais que um simples intermediário das trocas. No entanto, se os autores neoclássicos pecam pela limitação em sua definição do dinheiro, na visão aqui adotada, Keynes peca pelo excesso. Se a moeda é um símbolo do valor, ela necessariamente precisa seguir o valor da mercadoria dinheiro diretamente, ou da circulação de mercadorias indiretamente.

Sendo assim, não há pleno emprego dos fatores no capitalismo para Marx. A necessidade e existência do exército industrial de reserva da classe operária no capitalismo é a maior prova disso dentro da teoria marxista. Desse modo, definir quando a expansão monetária deixa de ser puramente inflacionária é algo de difícil solução, tendo aberto margem, portanto, para os estudos empíricos de Milton Friedman (1963; 1994) sobre a economia estadunidense que corroboram com a escola monetarista ante a escola keynesiana.

O que existe, na interpretação deste trabalho, é uma mudança relativa de valor, ou seja, uma redistribuição da riqueza, na medida em que se promove uma expansão monetária não lastreada na expansão do produto. Na medida em que o Estado, através de sua política fiscal e monetária, mantém artificialmente a demanda agregada, ele faz com que se resolva a crise no sentido de juntar os dois atos de venda/compra separados no tempo pela acumulação de capital.

Desse modo, ao pôr o dinheiro para circular novamente na economia através de uma expansão monetária ou política fiscal mais incisiva, o Estado faz com que o valor acumulado saia, de fato, da esfera financeira para a esfera real do circuito econômico. Em outras palavras, sai da esfera privada e é injetado na circulação das mercadorias pela ação do Estado.

Diante da luta de classes, estas encontram formas de garantir sua propriedade sobre o valor acumulado. A burguesia encontra meios de garantir não só sua renda, como sua acumulação de capital, lançando mão do aumento dos preços e da proteção contra a desvalorização do dinheiro via sistema bancário. À classe operária nada mais resta que lutar por aumentos salariais que recomponham o poder de compra dos salários, ou seja, que garantam o valor da mercadoria força de trabalho diante do mundo das mercadorias. Da dialética dessa disputa o que se gera, no longo prazo, de fato, é uma espiral inflacionária por conflito distributivo e é por este motivo que parte da literatura neoclássica considera Keynes um autor dos momentos de crise e de que a moeda não é neutra apenas no curto prazo.

4. Considerações finais

Neste trabalho, vimos de forma sintética as três principais correntes interpretativas sobre o dinheiro que correspondem às principais teorias monetárias da literatura: a teoria clássica/neoclássica, a keynesiana e a marxista. Vimos que as três teorias divergem quanto à definição de dinheiro, sobre o seu comportamento na circulação de mercadorias e até mesmo sobre as consequências que uma manipulação nominal pode causar.

Para os autores neoclássicos, o dinheiro é uma convenção criada para facilitar as trocas. É incapaz por si só de alterar ou mover os fatores reais de produção na medida de sua manipulação nominal. Nesse sentido, qualquer alteração no nível geral de preços só pode ser consequência de uma expansão monetária exógena, seguindo os preceitos da Teoria Quantitativa da Moeda e da Lei de Say.

Para os autores de inspiração keynesiana, embora o dinheiro seja uma convenção, ele é mais do que isso, ele é um ativo. E como tal, ele é capaz de guardar riqueza no tempo, flexibilizando a decisão do gasto e abrindo espaço para a comparação sobre a sua liquidez com os demais ativos, ou seja, abre espaço para a Teoria da Preferência pela Liquidez. Diante da incerteza, algo inerente ao ciclo econômico capitalista, o Estado, na visão keynesiana, pode atuar através de sua política fiscal e monetária no sentido de atenuar a incerteza garantindo a demanda efetiva. O aumento generalizado no nível de preços só se daria, quando por intermédio da política monetária e fiscal, na medida em que busque estimular a demanda diante de um cenário de pleno emprego dos fatores de produção.

Considera-se aqui Marx como o único autor da Economia Política responsável por fazer a gênese do dinheiro e por esse motivo o define de modo distinto das demais correntes. Intermediário das trocas (neoclássicos) e reserva de valor (keynesianos) são apenas duas das características que o dinheiro possui. O dinheiro, para Marx, é uma forma do valor, uma manifestação fenomênica. Nesse sentido, ele atua como intermediário na metamorfose das mercadorias na qualidade de medida do valor e meio de troca; bem como atua como reserva de valor e meio de pagamento não por uma convenção, mas por ser, ele próprio, a manifestação mais concreta do valor.

Dinheiro é valor, mas esta não é a única forma existente do valor, este se metamorfoseia na medida da circulação das mercadorias e do ciclo do capital. Quanto à discussão sobre o impacto da política monetária no nível de preços na visão de Marx, a moeda, enquanto símbolo do valor (papel moeda fiduciário), como representante do valor, pode perder essa capacidade se for levado ao descrédito por uma política monetária irresponsável. Antes de tal estado crítico, a política monetária pode modificar o valor relativo distribuído na sociedade na medida em que se altere o valor do dinheiro e sua distribuição por ocasião da manipulação estatal. A luta de classes, então, é transferida para o Estado mediante sua política de estabilização monetária.

É dessa relação que se geram as controvérsias teóricas, com autores neoclássicos afirmando que uma política monetária expansiva será apenas inflacionária a longo prazo, enquanto que autores de inspiração keynesiana apontam para a capacidade da moeda de suavizar a taxa de desemprego, sobretudo no curto prazo, mas também no longo. Na interpretação aqui adotada, trata-se apenas de transferências de valor no curto prazo que possibilitam a continuidade do ciclo econômico que terminarão necessariamente em conflito distributivo no longo prazo, gerando inflação.

Este artigo teve, portanto, o objetivo de delimitar as três teorias monetárias mais influentes contribuindo para a consolidação do pensamento monetário marxista, livre das interpretações neoclássicas e keynesianas, apontando também, em sua seção correspondente, a relação entre o dinheiro e a circulação das mercadorias mesmo na ausência do padrão ouro, tal como vigora atualmente na economia mundial.

Referências

CARVALHO, F. J. C. Uma contribuição ao debate em torno da eficácia da política monetária e algumas implicações para o Caso do Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 4 (100), p. 323-356, out.-dez. 2005.

CORAZZA, G.; KREMER, R. L. Friedman e o Monetarismo: A Velha Teoria Quantitativa da Moeda e a Moderna Escola Monetarista. **Revista Análise Econômica**, n. 40, ano 21, set. 2003.
FOLEY, D. The Value of Money, the Value of Labor-Power, and the Marxian Transformation Problem. **Review of Radical Political Economics**, v. 14, p. 37-49, 1982.

_____. Marx's theory of money in historical perspective. **In: MOSELEY, F. (Ed.). Marx's Theory of Money: Modern Appraisals.** London: Palgrave, 2005.

FRIEDMAN, M. Quantity Theory of Money. **In: Eatwell et al. The New Palgrave: Money.** London: The MacMillan Press, 1990.

FRIEDMAN, M.; SCHWARTZ, A. **A monetary history of the United States. 1867-1960.** Princeton: Princeton University Press, 1963.

FRIEDMAN, M.; SILVA, L. C. N. **Episódios da História Monetária.** Rio de Janeiro: Record, 1994.

KEYNES, J. M. [1936]. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.** São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, K. [1867]. **O Capital: crítica da economia política.** Livro I: O processo de produção do capital, volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. [1894]. **O Capital: crítica da economia política.** Livro III: O processo global de produção capitalista, volume 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOLLO, M. L. R. Moeda e taxa de juros em Keynes e Marx: observações sobre a preferência pela liquidez. **In:** Encontro Nacional de Economia, 15., Curitiba. Anais..., Curitiba, ANPEC, p. 205-223, 1987.

_____. Ortodoxia e Heterodoxia Monetárias: a Questão da Neutralidade da Moeda. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 3 (95), jul.-set., 2004.

MOSELEY, F. Money has no price: Marx's theory of money and the transformation problem. **In:** Marx's Theory of Money. London: Palgrave Macmillan, p. 192-206, 2005.

_____. The determination of the 'monetary expression of labor time' ('MELT') in the case of non-commodity money. **Review of Radical Political Economics**, 43(1), p. 95-105, 2010.

PRADO, E. F. Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconvertível. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 35, p. 129-152, 2013.

RICARDO, D. [1817]. **Princípios de economia política e tributação.** São Paulo: Abril, 1996.

ROTTA, T. M.; PAULANI, L. M. **A teoria monetária de Marx: atualidade e limites frente ao capitalismo contemporâneo.** Revista Economia, 10(3), pp. 609-633, 2009.

SMITH, A. [1776]. **Inquérito sobre a natureza e a causa da riqueza das nações.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.